

Câmara de São Caetano abre comissão

Câmara admite denúncia e abre processo que pode cassar Getulinho

A Câmara de São Caetano aprovou, por 19 votos a 2, a admissibilidade da denúncia com pedido de cassação contra o vereador Getúlio de Carvalho Filho, o Getulinho – União Brasil. Com a decisão, foi instaurada uma comissão processante, que terá até 90 dias para investigar as acusações e elaborar um relatório que será submetido ao plenário, responsável pela decisão final sobre eventual perda do mandato.

A denúncia aponta suposta quebra de decoro parlamentar e cita, entre os episódios, a entrada do vereador na UTI do Hospital de Emergências Municipal Albert Sabin, em janeiro deste ano. O documento também menciona duas condenações criminais em primeira instância, ainda sujeitas a recurso. Antes da votação, Getulinho criticou o processo e chamou integrantes da Câmara de “urubus”.



Comício terá até 90 dias para apurar acusações contra Getulinho

Câmara de São Caetano abre comissão processante contra Getulinho por 19 votos a 2

Comissão formada por Cícilo Moreira, Bruno Vassari e Welbe Macedo terá até 90 dias para apurar acusações e apresentar relatório

MARCOS FIDELIS

Quase às 22h desta terça-feira (8), a Câmara de São Caetano aprovou, por 19 votos a 2, a admissibilidade da denúncia com pedido de cassação contra o vereador Getúlio de Carvalho Filho, o Getulinho – União Brasil. Com a decisão, o Legislativo instaurou uma comissão processante que terá prazo máximo de 90 dias para investigar as acusações apresentadas contra o parlamentar.

Por outro lado, a abertura do procedimento não representa a cassação de Getulinho. Nesta etapa, os vereadores decidiram apenas pelo recebimento da denúncia e pela abertura da investigação. Ao término dos trabalhos, o relatório produzido pela comissão deverá retornar ao plenário para apreciação.

Durante a votação, apenas os vereadores (Myrtilo Voltranti – PSD e Bruno Biondi – PCdoB) votaram contra o recebimento da representação. Getulinho, por sua vez, estava impedido de participar da deliberação e foi substituído pelo segundo suplente do União Brasil, Ulfatun Ribeiro Figueiredo, que tomou posse exclusivamente para participar da votação na Casa.

COMISSÃO

Logo após a aprovação da admissibilidade, a Câmara realizou o sorteio dos integrantes da comissão processante entre os parlamentares desimpedidos. Dessa forma, Cícilo Moreira – PL, foi escolhido presidente, Bruno Vassari – PSD ficou responsável pela relatoria e Welbe Macedo – PSD passou a integrar como membro.

A partir de agora, portanto, o trio terá até 90 dias para conduzir a instrução do processo, analisar documentos e acusações, garantir o exercício da defesa e produzir um relatório sobre os fatos. Posteriormente, o resultado deverá ser



Denúncia contra Getulinho sempre esteve em pauta

submetido ao plenário, que terá a palavra final sobre eventual perda do mandato.

Além disso, a denúncia que deu origem ao processo foi apresentada pelo ex-cessor Wilson Rasso Ponto, que atua como chefe de gabinete de Getulinho entre julho e outubro de 2025, juntamente com o servidor municipal Goviá Ferreira de Oliveira Braz. Segundo os autores, o vereador teria violado o decoro parlamentar e adotado conduta incompatível com a dignidade do cargo.

DENÚNCIA

Entre os principais episódios apontados está a entrada de Getulinho na UTI – Unidade de Terapia Intensiva do Hospital de Emergências Municipal Albert Sabin, em 1º de janeiro de 2026. Conforme os denunciantes, o parlamentar teria acessado o setor sem observar os protocolos de biosegurança exigidos para o ambiente hospitalar.

Nesse sentido, o documento sustenta que teria ocorrido abuso de prerrogativa, além de suposta violação de direitos fundamentais dos pacientes internados. Os autores argumentam, ainda, que a atuação do vereador teria colocado em risco pessoas que estavam internadas.

Para sustentar a representação, também foram anexadas referências a dois processos criminais nos quais Getulinho foi condenado em primeira

instância. Contudo, as decisões mencionadas ainda estão sujeitas a recurso e, portanto, não são definitivas.

Em um dos casos, o parlamentar recebeu sentença por difamação e injúria contra a funcionária pública municipal Patrícia Carolina Casadei Amorim, em decisão proferida em outubro de 2025 pela 1ª Vara Criminal de São Caetano. Já em outra ação, movida por Geovia Ferreira, Getulinho foi condenado em primeira instância pelos crimes de calúnia, injúria e difamação.

RECADO

Após a votação, o líder do governo na Câmara, vereador César Oliva – PSD, ressaltou que a decisão tomada nesta terça-feira não representa uma antecipação do resultado do processo. Ainda assim, avaliou que o pleamar demonstrou uma reação da maioria dos parlamentares à forma de atuação atribuída a Getulinho.

“O recebimento dessa denúncia muito embora não signifique uma cassação, é um recado muito duro de que a grande maioria da Câmara não quer mais ver esse tipo de comportamento que não agrega em nada”, afirmou Oliva.

Segundo o líder governista, a Câmara precisa voltar suas atenções para assuntos relacionados diretamente

ao município. “Nós, vereadores, temos que estar preocupados em evoluir a nossa cidade, trazer mudanças, trazer bons projetos e não ficar gastando o nosso tempo ofendendo, atingindo pessoas e diminuindo o trabalho dos outros vereadores”, declarou.

Ao mesmo tempo, Oliva classificou determinadas atitudes atribuídas ao parlamentar como “intimiditárias” e afirmou que o Legislativo vive um período marcado por conflitos internos. “A gente precisa dar um basta nisso e mostrar que precisa realinhar o Poder Legislativo”, disse.

“A gente quer colocar a discussão da Câmara de volta na cidade, nas soluções para a cidade, nos problemas da cidade e não ficar usando o tempo de tribuna para falar de pessoas”, acrescentou.

LIMITES

O presidente da Câmara, vereador Dr. Seraphim – PL, também afirmou que o processo deverá seguir seu curso e que a Câmara não pode se exceder. “O vereador não pode ir lá, mandar

prender ninguém. Então, é isso que nós vamos julgar”, afirmou Seraphim.

Além disso, o presidente mencionou o episódio ocorrido no hospital como um dos pontos que deverão ser examinados pelo colegiado. “Aqui não pode pagar um celular, sair ganhando, invadir um hospital, cercar um funcionário, isso não é permitido. A gente tem que ter limites”, declarou.

Seraphim afirmou, contudo, que a abertura de um processo dessa natureza não é desejada pela Casa, mas defendeu a necessidade de julgar as acusações. “É uma coisa ruim para a gente ter que processar alguém, mas a gente tem que agir de uma maneira a disciplinar a coisa”, disse.

Agora, segundo o presidente, caberá à comissão processante aprofundar a apuração antes de qualquer conclusão. “A comissão vai analisar os fatos, vai ver o que aconteceu e realmente vamos ver a atitude que a gente tem. Não é bom para a Câmara cassar ninguém, mas ninguém pode se exceder também”, completou.

TRIBUNA

Antes da votação, por outro lado, Getulinho fez um discurso duro na tribuna e criticou o movimento pela abertura do processo. Ao contestar a possibilidade de perder o mandato, o vereador chamou integrantes da Câmara de “urubus”.

OUTRO LADO

Por fim, o REPÓRTER procurou o vereador Getúlio de Carvalho Filho, o Getulinho – União Brasil, para que ele se manifestasse sobre a aprovação da admissibilidade da denúncia e a abertura da comissão processante. Contudo, até o fechamento desta matéria, o parlamentar não havia retornado aos pedidos de posicionamento.



Presença mínima por 19 votos a 2 a admissibilidade da denúncia contra Getulinho, comissão processante terá 90 dias para investigar

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política **Página:** Capa + página 5